



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

---

*Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar*

---

7.1.2010

## **COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS**

Assunto: Audição da Sr.<sup>a</sup> Connie HEDEGAARD, Comissária indigitada para o Clima

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pela Sr.<sup>a</sup> Connie HEDEGAARD.

O Secretariado

CM\800833PT.doc

PE431.194v01-00

**PT**

*Unida na diversidade*

**PT**

**RESPOSTAS DA COMISSÁRIA INDIGITADA****Connie HEDEGAARD****(Clima)****AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU****Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Acredito que as alterações climáticas são um dos grandes desafios do presente século. Acredito também que a forma escolhida pela Europa para o combate às alterações climáticas nos próximos anos será determinante para o nosso papel estratégico no mundo, tanto do ponto de vista económico como político. Essa é uma enorme motivação para assumir as tarefas que me esperam. É imprescindível que a Europa faça uma escolha. Podemos querer tirar partido da posição precursora que assumimos neste domínio, e nesse caso teremos mesmo que avançar e concretizar já as nossas estratégias políticas. Em alternativa, corremos o risco de ficar para trás e de desperdiçar possibilidades de crescimento e de criação de emprego, perdendo a oportunidade de tornar a Europa menos dependente dos fornecimentos externos de combustíveis fósseis graças à combinação das políticas em matéria de clima e energia. Por esse motivo, o clima deve ser integrado em todos os domínios políticos e é necessário chegar a consenso entre todas as correntes de opinião para que tal se torne realidade.

Durante mais de cinco anos, trabalhei no domínio do clima com o objectivo de criar apoios e de fazer compreender a importância de um pacto global verdadeiramente ambicioso em matéria climática na Conferência das Partes de Copenhaga. Considero ser capaz de definir objectivos estratégicos e de lutar para a sua aplicação prática. Estou determinada em lutar contra as alterações climáticas e assumi um forte compromisso com a União Europeia, que constitui um importante veículo para este efeito. Estou perfeitamente consciente da necessidade de uma boa comunicação para poder conquistar a adesão do público às ideias e aos objectivos em que acredito. Ao longo do tempo, os políticos só conseguem introduzir mudanças duradouras se a sua necessidade tiver sido claramente comunicada aos cidadãos e por estes aceite.

Fui eleita para o Parlamento dinamarquês aos 23 anos de idade e decidi partir aos 29. Durante esse período, cheguei à posição de porta-voz do Partido Popular Conservador, o partido do Primeiro Ministro da época.

Nos 14 anos que se seguiram, prossegui a minha carreira profissional como jornalista, escrevendo para um jornal nacional, dirigindo o departamento informativo da rádio nacional e finalmente animando um programa televisivo sobre temas da actualidade. Em 2004, fui convidada para ocupar o cargo de Ministro do Ambiente. Como está patente no meu percurso profissional, não encaro a minha carreira política como uma ocupação para toda a vida. Estou aqui porque quero obter resultados e estou disposta a lutar por isso.

Quanto às minhas garantias de independência, tenciono respeitar as regras de independência, as normas éticas e os princípios de transparência consignados nos Tratados, bem como o Código de Conduta dos Comissários. Não deixarei de informar o Presidente da Comissão caso ocorra qualquer situação que possa implicar um conflito de interesses.

### **Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões**

#### **2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?**

Aguardo com expectativa a minha participação no trabalho da Comissão – cuja direcção colegial aprecio plenamente. Embora nos últimos cinco anos eu tenha desenvolvido um trabalho intensivo sobre as questões climáticas, sou acima de tudo uma responsável política, não uma especialista do clima. Considero um privilégio ter a oportunidade de discutir temas tão variados com os meus colegas comissários. Além disso, o meu trabalho consistirá em assegurar a integração da acção climática nas restantes políticas. O êxito da Europa na transposição das considerações de ordem climática para todas as políticas relevantes da UE dependerá em grande medida da capacidade de cooperação e de coordenação da Comissão.

Aguardo também com grande expectativa a oportunidade de trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e as suas comissões. Na minha qualidade de ministro na Dinamarca, sempre procurei obter um amplo acordo político e sempre defendi a responsabilização perante o Parlamento. O meu trabalho político assenta na transparência, na abertura e na troca de informações numa base construtiva, e considero as propostas e as contribuições do Parlamento um aspecto crucial do processo legislativo. Durante os anos passados ao serviço da diplomacia no domínio do clima, dei também grande importância ao diálogo informal como meio para alcançar resultados. Sobretudo durante os anos em que fui Ministro do Ambiente da Dinamarca, mantive um estreito diálogo com os membros do Parlamento Europeu sobre temas como, por exemplo, o nosso trabalho sobre a Directiva REACH.

Finalmente, considero que a Europa está prestes a ter que modificar a forma de alcançar os seus objectivos em matéria de luta contra as alterações climáticas em áreas como a produção e o consumo de energia. Esta evolução não vai ser fácil, nem isenta de custos, mas é necessária. Por esse motivo, para obter o apoio do público, considero de grande importância o papel dos deputados do Parlamento Europeu, na sua qualidade de representantes eleitos directamente

pelos cidadãos europeus.

- 3. Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?**

Como já aqui afirmei, considero que o Parlamento Europeu tem um papel essencial na luta contra o aquecimento global e na criação de uma economia dinâmica e «verde» na Europa, como foi comprovado pelo papel crucial que desempenhou na adopção do pacote de medidas sobre o clima e a energia, e como ficou patente no trabalho desenvolvido pelos deputados para transmitir aos seus constituintes a mensagem sobre as alterações climáticas. Tenciono instituir e manter um diálogo bilateral aberto e transparente entre as nossas duas instituições. Refiro-me a um diálogo entre, por um lado, o meu gabinete, a Direcção-Geral e eu própria e, por outro, o Parlamento Europeu e as suas comissões. Acredito firmemente que a partilha de informações e a troca de ideias, tanto a nível formal como informal, faz parte integrante da tomada de decisões políticas e é um meio de estabelecer um ambiente de cooperação e de confiança mútua.

Finalmente, escusado será dizer que – em conformidade com a estratégia geral da Comissão de promover a transparência – aplicarei plenamente as disposições do Acordo-Quadro, nomeadamente para assegurar o acompanhamento da posição do Parlamento e fornecer ao Parlamento informações e documentação.

#### **Perguntas relativas às políticas**

- 4. Quais são as três prioridades principais que tenciono fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?**

As três prioridades que tenciono fazer avançar no domínio de competências que me é proposto são as seguintes:

- Primeiro: dar seguimento e aplicação ao acordo alcançado na cimeira da ONU sobre o clima em Copenhaga

A UE deve manter o seu papel de liderança no capítulo das alterações climáticas para poder demonstrar um nível suficiente de ambição na luta contra as alterações climáticas, e continuar a apoiar-se na sua experiência como precursora. A prioridade imediata será finalizar as discussões internacionais sobre o regime pós-2012 à luz dos resultados de Copenhaga.

- Segundo: aplicar os instrumentos específicos para o clima do pacote «Clima e Energia»

A aplicação do pacote «Clima e Energia» é de importância vital para demonstrar o compromisso assumido pela UE face aos seus parceiros internacionais. Este amplo corpo legislativo exige o estabelecimento de uma série de medidas de aplicação, como por exemplo as regras aplicáveis à venda anual em leilão de mais de mil milhões de licenças de emissão de CO<sub>2</sub> na terceira fase do Regime de Comércio de Licenças de Emissão (RCLE-UE). Darei a maior prioridade à plena adopção de todas estas medidas de aplicação dentro dos prazos previstos. Ao fazê-lo, tenho plena consciência de que a solidez destas medidas depende do forte consenso político a que se chegue entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão.

- Terceiro: reforçar a competitividade e criar emprego graças à inovação e às tecnologias hipocarbónicas

Acredito que as escolhas estratégicas que a Europa irá fazer nos próximos anos serão determinantes para a nossa posição no mundo no século XXI – tanto no plano económico como político. A nossa posição será apreciada não só pela forma como combatemos o aquecimento global, mas também por o conseguirmos fazer de forma inteligente, graças a uma política climática que contribua para criar novos empregos «verdes», reduzir a nossa dependência do petróleo e do gás importado e os riscos em matéria de preços inerentes a estes combustíveis fósseis, e transmitir também às futuras gerações um mundo com, pelo menos, tantas oportunidades como as que nós próprios tivemos. Considerando que a população mundial deverá atingir os 9 mil milhões de pessoas em 2050, os recursos serão escassos e as regiões que mais rapidamente se transformem em economias hipocarbónicas serão as grandes vencedoras dos mercados do futuro.

A concorrência já está a ficar consideravelmente cerrada. Os EUA e a China, por exemplo, irão intensificar a sua acção neste domínio. Para que a Europa mantenha a sua posição de liderança e recolha os benefícios dos esforços que desenvolveu como precursora, temos de olhar para a política climática como um princípio estratégico a integrar em todos os domínios políticos.

**5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?**

A prioridade absoluta será, evidentemente, respeitar um compromisso europeu de redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2020 de acordo com os objectivos aprovados no contexto do pacto global estabelecido em Copenhaga.

Podem ser revistos os vários elementos do pacote «Clima e Energia» e/ou podem ter de ser criados instrumentos legislativos complementares. Na presente fase das negociações, é difícil indicar um calendário, ainda que provisório. Na revisão dos elementos do pacote «Clima e Energia», o mandato definido na legislação (como no artigo 28.º da Directiva relativa ao regime de comércio de licenças de emissão, na sua versão revista) será o ponto de partida do meu trabalho. Comprometo-me a tomar em conta as evoluções e resultados relevantes, ou

mesmo inesperados, das negociações, nomeadamente na perspectiva de estabelecer metas e medidas para além de 2020, alcançar o objectivo de limitar a 2 graus centígrados o aumento da temperatura global e atingir a meta acordada de redução das emissões de 80% a 95% até 2050.

O RCLE-UE é o instrumento emblemático da política da UE em matéria de alterações climáticas. As importantes alterações da sua arquitectura adoptadas no último ano (estabelecimento de um limite máximo à escala da UE, forte evolução no sentido das vendas em leilão, padrões de referência harmonizados em toda a UE para a atribuição de quotas gratuitas à indústria a título provisório) significam que o RCLE-UE irá sofrer uma grande transformação num futuro próximo. Essa transformação irá reforçar o mercado do carbono. Se o RCLE-UE for revisto, tudo farei para estabelecer, se for o caso, o bom equilíbrio entre a necessidade de manter um grau suficiente de estabilidade regulamentar e a intenção de propor alterações de ordem estrutural (por exemplo no que respeita ao factor linear que determina o limite máximo à escala da UE, ou às regras de reconhecimento dos créditos internacionais provenientes dos mecanismos de mercado, novos ou já existentes). Ao mesmo tempo, envidarei todos os esforços para fazer avançar os projectos de rápida ligação entre o RCLE-UE e outros sistemas já bem estabelecidos em países da OCDE, como os EUA, a Austrália e o Japão.

O RCLE-UE abrange o sector da aviação desde 2012. Sei perfeitamente que a Comissão ainda não cumpriu a sua promessa de atacar o problema das emissões de óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>) provenientes das aeronaves. Trabalharei conjuntamente com o Comissário responsável pelos Transportes para fazer avançar esta questão logo a partir da entrada em funções da próxima Comissão.

No que respeita às normas de desempenho em matéria de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) das centrais eléctricas, partilho da opinião segundo a qual estas centrais são de importância essencial. É por essa razão que são o principal sector abrangido pelo RCLE-UE. Inicialmente, beneficiavam de licenças gratuitas, mas o recente pacote «Clima e Energia» introduz a partir de 2013 a venda em leilão da totalidade das licenças para o sector da energia eléctrica no âmbito do RCLE-UE. Além disso, o pacote contém medidas destinadas a aumentar a quota de energias renováveis e a incentivar o desenvolvimento e a implantação da captura e armazenagem de carbono. A Comissão irá examinar a aplicação da Directiva relativa à captura e armazenagem de carbono até 2015 e avaliará nesse momento se devem ou não ser tornadas obrigatórias normas de desempenho em matéria de emissões para as novas grandes instalações de combustão.

O pacote «Clima e Energia» inclui um sólido sistema de vigilância e controlo tanto do RCLE-UE como da decisão relativa à partilha de esforços, que garantirá a execução pelos Estados-Membros das medidas acordadas. A crise financeira não afectará a nossa determinação no combate às alterações climáticas. A Comissão está a respeitar o calendário para a preparação das medidas de aplicação pelas quais é responsável e deu início a consultas no âmbito da Comissão para as Alterações Climáticas. Este compromisso vai, obviamente, para além dos elementos centrais do pacote, abrangendo também, por exemplo, a aplicação do Regulamento relativo à redução das emissões de CO<sub>2</sub> dos veículos automóveis.

Finalmente, os nossos objectivos em matéria de alterações climáticas só poderão ser

cumpridos se passarem a ser um tema comum a todas as políticas da UE, como afirmou o Presidente José Manuel Barroso nas suas orientações políticas. A questão do clima é relevante para quase todos os aspectos do trabalho da Comissão, e tenho a intenção de trabalhar com todos os meus colegas comissários – e igualmente com o Parlamento Europeu e outros intervenientes principais – para integrar o clima em todas as políticas da Comissão, com o objectivo de reduzir as emissões, adaptar as políticas da UE às realidades das alterações climáticas e promover a inovação e o emprego.

Comprometo-me a assegurar uma boa qualidade das propostas legislativas efectuando consultas às partes interessadas, avaliações de impacto de elevada qualidade e consultas prévias ao Parlamento e ao Conselho sobre as futuras iniciativas legislativas.